



DECISÃO DO RECURSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.066/2025

Processo de Recurso nº 41.818/2025 - Processo Licitatório nº 21.503/2024, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.066/2025, que tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS**, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã.

Trata-se o presente processo administrativo de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **ASCK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 56.384.420/0001-73, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por intermédio de seu respectivo representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa **SANDRO VILMAR PIRES**, inscrita no CNPJ nº 09.253.952/0001-91, no bojo do Pregão Eletrônico nº **90.066/2025**.

I) DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **ASCK SOLUÇÕES EMPRESARIAIS LTDA**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa **SANDRO VILMAR PIRES**, doravante denominada Recorrida, como provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.



Comissão Permanente de Pregão III

II) DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, que a especificação do equipamento ofertado não atende as exigências técnicas do edital:

Processador fora de linha de produção – O processador Ryzen 5 1600, 1ª geração, ofertado pela empresa, teve a sua produção iniciada em junho de 2017 e, posteriormente, descontinuada, não atendendo à exigência de produto novo, sem uso ou recondicionamento.

III) DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, não apresentou suas contrarrazões.

IV) DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

O presente processo licitatório foi conduzido em estrita observância aos princípios e regras estabelecidos na Lei.º 14.133/2021.

A controvérsia trazida no recurso diz respeito à conformidade do produto ofertado pela empresa Recorrida com as exigências estabelecidas no Termo de Referência, Anexo II do Edital.

No que se refere à análise técnica da proposta da empresa Recorrida, cabe ressaltar que foi solicitada manifestação formal do Órgão requisitante, acerca das especificações dos produtos ofertados. Em resposta, a área técnica manifestou-se favoravelmente, após análise do catálogo.

Desta feita, trata-se, portanto, de questão de natureza estritamente técnica, cuja análise ultrapassa a esfera de competência da Pregoeira. Assim, nos termos do princípio da segregação de funções (art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), a decisão quanto ao atendimento das especificações



Comissão Permanente de Pregão III

técnicas deve estar fundamentada em parecer técnico emitido pelo setor responsável da unidade requisitante.

V) DAS CONSIDERAÇÕES DA SECRETARIA REQUISITANTE

Diante do exposto, o presente processo foi encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde, unidade requisitante do certame, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos suscitados no recurso, nos termos do artigo 168 da Lei nº 14.133/2021 e do subitem 23.11 do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.064/2025.

Desta forma, o documento trata de recurso interposto pela empresa ASCK Soluções Empresariais LTDA contra a decisão de habilitação da empresa vencedora do item 03 “Computador (Desktop-Básico)”, referente ao Pregão Eletrônico nº 90.066/2025.

A área de Captação de Recursos e Planejamento em Saúde, informa que não possui conhecimento técnico especializado para se manifestar sobre o mérito do recurso.

Assim, os autos foram encaminhados à Subsecretaria de Tecnologia e Informação, setor competente para análise técnica e emissão de parecer conclusivo.

VI) DA ANÁLISE TÉCNICA

Diante do exposto, o presente processo foi encaminhado à Subsecretaria de Tecnologia e Informação, para análise e manifestação quanto aos aspectos técnicos suscitados no recurso.

Após exame detalhado do parecer técnico constante dos autos o objeto do recurso concentra-se na conformidade do **processador ofertado** pela empresa vencedora. O setor técnico, de forma fundamentada, identificou que o processador **AMD Ryzen 5 1600 – 1ª geração**:

- Teve sua produção iniciada em **junho de 2017**;



Comissão Permanente de Pregão III

- Foi posteriormente **descontinuado pelo fabricante**;
- Não possui mais **linha ativa de produção**, suporte de fábrica ou ciclo tecnológico vigente;
- Deixa, portanto, de atender ao requisito editalício que determina que o produto deve ser **novos, sem uso ou recondicionamento, e estar em linha de produção**, de forma a garantir disponibilidade, atualidade tecnológica e vida útil compatível com as necessidades administrativas.

A exigência de que o equipamento esteja **em linha de produção** não é meramente formal: trata-se de um requisito que assegura que a Administração receba produtos atualizados, com garantia plena, reposição de peças, suporte, firmware atualizado e longevidade operacional.

A apresentação de equipamento que já não está mais sendo fabricado compromete diretamente a **vida útil**, a **atualização tecnológica** e a **manutenção futura**, afrontando o edital e configurando **descumprimento de especificação essencial** – requisito que não comporta convalidação ou saneamento posterior, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, por tratar-se de falha **não sanável**.

Diante desse cenário, o parecer conclui de forma coerente e tecnicamente alinhada às exigências editalícias que:

- O item apresentado pela empresa SANDRO VILMAR PIRES **não atende integralmente** ao exigido no termo de referência;
- Há efetiva violação ao requisito **“em linha de produção pelo fabricante”**;

O parecer está devidamente fundamentado, é claro, objetivo e atende ao princípio da **motivação**, previsto no art. 5º da Lei 14.133/2021, permitindo à autoridade decisória adotar com segurança a conclusão apresentada.



Comissão Permanente de Pregão III

VII. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei nº 14.133/2021, **CONHEÇO** do recurso interposto no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.066/2025 e, subsidiada pelo parecer técnico exarado, no mérito, **DOU PROVIMENTO**, alterando a decisão de habilitação anteriormente proferida.

Isto posto, informo que será agendada a volta de fase e convocação da próxima colocada à negociação de preços do item 03 do certame.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacaoView/?id=1511>.

Nova Friburgo, 02 de dezembro de 2025.

Fernanda Medeiros Rodrigues

Pregoeira – Comissão Permanente de Pregão III

Matrícula nº 468.036